

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS 2024

31 DEZEMBRO

50^o
ANIVERSÁRIO
HIDROELÉTRICA DE
CAHORA BASSA
O Orgulho de Moçambique

Declaração de responsabilidade da Administração

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do período findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com o

Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de ges-

tão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da Empresa poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

Aprovação das demonstrações financeiras

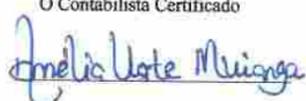
As demonstrações financeiras da HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A., como indicado acima foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Março de 2025 foram assinadas pelos seus representantes:


 Tomás Matola
 Presidente do Conselho de Administração


 Ermilão Chissu
 Administrador Financeiro

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	31-Dez-2024	31-Dez-2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos tangíveis	3	46.050.003	46.669.553
Activos intangíveis		214.985	174.722
Activos por impostos diferidos	22	150.913	552.636
Outros activos financeiros	6	2.581.892	760.242
Outros activos não correntes		4.005.787	-
		53.003.580	48.157.153
Activo corrente			
Inventários	4	1.837.224	1.624.288
Clientes	5	22.422.944	19.267.424
Outros activos financeiros	6	4.567.619	3.131.408
Outros activos correntes		731.497	511.782
Caixa e equivalentes de caixa	7	19.803.814	25.462.219
		49.363.098	49.997.121
TOTAL DO ACTIVO		102.366.678	98.154.274
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	8	26.513.397	26.513.397
Reservas		16.977.569	12.419.979
Descontos e prémios nas acções próprias		(1.472.214)	(1.472.214)
Resultados transitados		42.855.412	41.553.243
Resultado líquido do exercício		14.125.800	13.021.686
Total do capital próprio		98.999.964	92.036.091
Passivo corrente			
Fornecedores	10	1.245.344	971.534
Empréstimos obtidos	9	-	184.960
Provisões	11	87.290	162.717
Outros passivos financeiros	12	625.446	860.957
Imposto a pagar	13	1.025.641	3.641.157
Outros passivos correntes	14	382.993	296.858
		3.366.714	6.118.183
TOTAL DOS PASSIVOS		3.366.714	6.118.183
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS		102.366.678	98.154.274

O Contabilista Certificado



 Tomás Matola
 Presidente do Conselho de Administração


 Ermilão Chissu
 Administrador Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“Sociedade” ou “HCB”), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. em 31 de Dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética emitido pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500[®] entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por quotas | NUIT: 400016410 | NUEL nº: 101875873 | Capital social: 26.443.395 Meticais
Sede: Rua dos Desportistas nº 833, JAT V-1, 3º andar, Maputo, Moçambique

© 2025. Para informações, contacte Deloitte – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

Reconhecimento da receita com venda de energia eléctrica

(Referido nas Notas 2. I) e 18 das demonstrações financeiras)

A Sociedade explora em regime de concessão o empreendimento de Cahora Bassa, através do seu aproveitamento hidroeléctrico, o qual gerou durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2024 vendas de energia eléctrica de, aproximadamente, 35 mil milhões de Meticais.

A mensuração e o reconhecimento do réditto relativo à venda de energia eléctrica, tem por base os MWh gerados pela infraestrutura e as condições contratuais celebradas com os seus clientes.

O montante apurado do réditto é integrado manualmente no sistema de contabilidade SAP e reconhecido no momento da disponibilização da energia eléctrica aos clientes.

Atendendo ao risco da receita de venda de energia eléctrica ser incorrectamente registada, nomeadamente considerando a referida integração manual no sistema de contabilidade, ao processo de mensuração e à relevância do saldo da rubrica de venda de energia eléctrica, consideramos que este assunto se configura como uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados

Os principais procedimentos que adoptámos para mitigar este risco, incluíram:

- Entendimento do ciclo da produção e venda de energia eléctrica e dos sistemas informáticos relevantes de suporte, envolvendo, para o efeito, os nossos especialistas internos;
- Avaliação da política de reconhecimento do réditto relativo à venda de energia eléctrica adoptada pela Sociedade, por referência às normas contabilísticas aplicáveis;
- Avaliação do desenho e implementação das atividades de controlo relevantes relacionadas com o reconhecimento do réditto associado à venda de energia eléctrica, bem como realização de testes à sua eficácia operacional;
- Execução de testes de detalhe, numa base amostral, da coerência da quantidade de energia eléctrica entregue aos clientes, segundo os contadores da Sociedade, com a quantidade aceite pelos mesmos e considerada para determinação do réditto a reconhecer. Adicionalmente, para a mesma amostra, realização de testes de detalhe à mensuração do réditto, atendendo às quantidades entregues e aceite pelos clientes e às tarifas acordadas com os mesmos;
- Obtenção de confirmação de saldos junto dos clientes da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2024.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (Norma de Contabilidade e Relato Financeiro 28: Réditto), incluídas nas Notas 2. I) e 18 do anexo às demonstrações financeiras.

Outra informação

O órgão de gestão é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a Declaração de Responsabilidade do órgão de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base o trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre este facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Sociedade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificámos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos com o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicámos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

Deloitte – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014
Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz
Administrador

Emídio Marcelino
Auditor Certificado nº 45/OCAM/CA/2012

Maputo, 25 de Março de 2025



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Vendas de bens e serviços	15	34.988.845	34.916.981
Varição da produção e de trabalhos em curso		90.463	23.249
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	16	(3.530.443)	(3.492.616)
Gastos com pessoal	17	(4.200.386)	(4.079.732)
Fornecimentos e serviços de terceiros	18	(2.725.789)	(2.641.250)
Depreciações e amortizações	3	(2.650.785)	(2.398.759)
Imparidades de contas a receber	5 e 6	(1.393.201)	(2.094.307)
Outros ganhos e perdas operacionais	19	(1.029.428)	(566.811)
Resultado Operacional		19.549.277	19.666.755
Rendimentos financeiros	20	3.826.475	5.793.339
Gastos financeiros	21	(1.522.971)	(4.660.475)
Resultado antes do imposto		21.852.781	20.799.619
Impostos sobre o rendimento	22	(7.726.982)	(7.777.933)
Resultado líquido do exercício		14.125.800	13.021.686
Resultado por acção	23	0,53	0,49

O Contabilista Certificado

Amélia Uste Muinça

Tomás Matola

Tomás Matola
Presidente do Conselho de Administração

Erminio Chiau

Erminio Chiau
Administrador Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Capital Social	Reservas	Descontos e prémios	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2023	26.513.397	12.419.979	(1.472.214)	36.482.310	9.207.021	83.150.493
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	5.070.933	(5.070.933)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(4.136.088)	(4.136.088)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	13.021.686	13.021.686
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	26.513.397	12.419.979	(1.472.214)	41.553.243	13.021.686	92.036.091
Aplicação do resultado do exercício	-	4.557.590	-	1.302.169	(5.859.759)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(7.161.927)	(7.161.927)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	14.125.800	14.125.800
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	26.513.397	16.977.569	(1.472.214)	42.855.412	14.125.800	98.999.964

O Contabilista Certificado

Amélia Uste Muinça

Tomás Matola

Tomás Matola
Presidente do Conselho de Administração

Erminio Chiau

Erminio Chiau
Administrador Financeiro



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

		31-Dez-2024	31-Dez-2023
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado antes do imposto		21.852.781	20.799.619
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Depreciações e amortizações	3	2.650.785	2.398.759
Provisões		(75.428)	(60.695)
Juros e similares (líquido)	20 e 21	(2.122.245)	(1.326.711)
Mais ou menos valias na venda de activos tangíveis	3	11.859	38.046
Fluxo de caixa antes das alterações no fundo de maneo		22.317.752	21.849.018
Aumento de inventários		(212.936)	(274.228)
Aumento de clientes e outros activos financeiros		(6.413.379)	(6.938.575)
Aumento de outros activos correntes e não correntes		(4.225.497)	(174.275)
Aumento de fornecedores e outros passivos financeiros		38.299	214.175
Redução de outros passivos correntes e não correntes		86.135	30.671
Fluxo de caixa de actividades operacionais		11.590.374	14.706.786
Impostos pagos		(9.940.775)	(4.833.675)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		1.649.599	9.873.111
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	3	(2.083.362)	(2.282.528)
Juros e rendimentos similares	20	2.125.408	1.334.419
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		42.045	(948.109)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos obtidos			
Empréstimos pagos		(184.960)	(131.558)
Dividendos pagos		(7.161.927)	(4.136.090)
Juros e gastos similares	21	(3.162)	(7.708)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		(7.350.049)	(4.275.356)
Varição de caixa e equivalentes de caixa		(5.658.405)	4.649.647
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25.462.219	20.812.573
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		19.803.814	25.462.219

O Contabilista Certificado

Amélia Uste Muinça

Tomás Matola
 Presidente do Conselho de Administração

Ermine Chiau
 Administrador Financeiro



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade Relatora

A HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA, S.A. (“HCB” ou “Empresa” ou “Sociedade”) foi constituída em 23 de Junho de 1975, através de um consórcio entre o Estado Português e o Estado Moçambicano, com uma participação de 82% do Estado Português e 18% do Estado Moçambicano.

No acto da sua constituição e por força do Protocolo assinado entre o Governo de Portugal e a FRELIMO, foram transferidos do Estado Português para a Sociedade, todos os bens, direitos e obrigações decorrentes da construção do projecto hidroeléctrico de Cahora Bassa.

A HCB tem a sua sede social no Songo, na Província Moçambicana de Tete e explora em regime de concessão o empreendimento de Cahora Bassa o qual compreende sobretudo: uma barragem com 164 metros de altura; duas centrais em caverna (central sul, em funcionamento com uma capacidade instalada de 2075 MW, e a Norte, projectada e com potencial até 1200 MW); uma estação conversora em corrente contínua com capacidade para 1920 MW, interligado por duas linhas a +/-533 kV e a subestação do Apollo na África do Sul; duas subestações de corrente alternada, uma no Songo e outra em Matambo, interligadas por duas linhas de 220 kV.

A Empresa tem por objecto principal a exploração, em regime de concessão, do aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa e, em geral, a produção, transporte e comercialização de energia eléctrica, incluindo a sua importação e exportação, tudo nos termos dos contratos de concessão, sendo que poderá praticar todos os actos conexos com o seu objecto, necessários ou úteis à realização deste. Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade pode adquirir participações em sociedades com objecto diferente daquele que exerce ou em sociedades reguladas por leis especiais, desde que, em qualquer dos casos sejam de responsabilidade limitada.

O início da exploração comercial da empresa deu-se a 26 de Março de 1977, com a transmissão de 960 MW para a África do Sul, com três grupos geradores e quatro pontes conversoras em funcionamento.

Na sequência das negociações para a Reversão e Transferência do controlo da HCB para o Estado Moçambicano, os Governos de Moçambique e de Portugal rubricaram, em 31 de Outubro de 2006, o Protocolo que tornou necessária a alteração dos termos e condições do Contrato de Concessão do Empreendimento Hidroeléctrico de Cahora Bassa, por via do Decreto n.º 57/2007 de 21 de Novembro. O Contrato de Concessão inicial foi assinado para vigorar por um período de vinte e cinco anos até 01 de Janeiro de 2033. Através do Decreto n.º 88/2018 de 31 de Dezembro, foi extendido o prazo de vigência da concessão por mais 15 anos até 31 de Dezembro de 2047, mantendo-se a prerrogativa de poder, a pedido da HCB, prorrogar por um prazo adicional de dez anos, mediante a verificação cumulativa de determinadas condições patentes no referido contrato.

A 27 de Novembro de 2007 foi concluída a operação de transferência do controlo da HCB de Portugal para Moçambique. A transmissão das acções do Estado Português para o Estado Moçambicano foi, com efeito, antecedida por um conjunto de actos de reorganização dos capitais próprios da HCB, que incluíram designadamente, uma redução de capital, um aumento de capital por conversão de créditos e a constituição da reserva de prémio de emissão para cobertura de prejuízos, a distribuição de dividendos e, ainda, um conjunto de medidas que visaram reestruturar a Empresa, de modo a reequilibrar os seus capitais próprios.

Em reunião de Assembleia-geral ordinária de 16 de Abril de 2009, os accionistas da HCB deliberaram o aumento do capital social da Sociedade, realizado por conversão, por cada um dos accionistas, do respectivo crédito aos dividendos correspondentes ao lucro distribuível apurado no exercício de 2008, no montante total de 3.917.384 milhares de

2. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras resumidas foram preparadas pelos administradores como extractos das demonstrações financeiras completas preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF). O conteúdo das demonstrações financeiras resumidas é determinado pelos Administradores, a fim de cumprir os requisitos do Artigo 401, parágrafo 3, do Código Comercial.

Meticaís, facto formalizado por escritura pública de 03 de Setembro de 2009, tendo o capital social da sociedade passado de 23.558.109 milhares Meticaís para os actuais 27.475.493 milhares Meticaís na proporção da participação no capital social para cada um dos accionistas.

A 27 de Abril de 2012 procedeu-se à formalização do contrato de compra e venda de acções celebrado com a Parública – Participações Publicas (SGPS), SA, entidade gestora de participações do Estado Português. Neste contexto, em Assembleia Geral Extraordinária de 3 de Julho de 2012, a Parública, em representação do accionista Estado Português, procedeu à alienação de 4.121.323.886 acções que o Estado Português detinha na Sociedade, representativas de 15% do capital social, de acordo com os termos e condições do contrato de compra e venda de Acções celebrado, nas seguintes proporções:

- 2.060.661.943 acções, representativas de 7,5%, a favor da REN- Redes Eléctricas Nacionais, S.A. pelo preço de Euros 38.400.000; e
- 2.060.661.943 acções representativas de 7,5%, a favor da CEZA II- Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A., pelo preço de Euros 42.000.000.

Na sequência da alienação acima referida, o Estado Português deixou de deter participações no capital social da HCB, sendo a REN - Redes Eléctricas Nacionais, S.A (Empresa portuguesa), a actual detentora de 7,5% do Capital social da Empresa. A Reversão da HCB deu-se num momento em que já havia iniciado, em 2003, a reabilitação dos cinco grupos geradores da barragem, cuja conclusão definitiva ocorreu ao longo do exercício de 2008, e cujo impacto tem sido visível na produção e vendas da empresa.

A HCB concluiu o pagamento antecipado da dívida contraída para a reversão de 85% empreendimento do Governo português para o moçambicano em Junho de 2016, no montante equivalente em rands sul-africanos, ao valor do financiamento (USD 800.000.000) que estava consignada à sociedade contratante do empréstimo (Sociedade Renascer. Ltd).

Em 19 de Novembro de 2017, através do Contrato de Compra e venda de acções entre a CEZA II – Companhia Eléctrica do Zambeze S.A. e a HCB, subsequente à deliberação dos Accionistas, a HCB procedeu à compra de 2.060.661.943 acções ordinárias, tituladas pela CEZA II- Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A., representativas de 7,5% do capital social da HCB, livres de ónus ou encargos, pelo valor de USD 94.500.000 financiado pelo Millennium BIM, representando deste modo, as acções próprias da HCB.

A 20 de Maio de 2019 foi feito o lançamento da Oferta Pública de Venda de acções da HCB (OPV) que culminou com a venda de 1.099.019.704 acções correspondentes a 4% do total de acções da Empresa.

O processo de venda das acções que destinava-se a investidores individuais e colectivos de nacionalidade Moçambicana, teve o seu término a 12 de Julho do mesmo ano. Refira-se que do processo de venda, 5.576.750 acções, representando 1.671 investidores encontravam-se a 12 de Julho de 2019 em situação de subscritas e não realizadas. A conclusão do processo registou-se a 17 de Janeiro de 2020 com a realização de apenas 5.123.220 acções correspondentes a 1.215 investidores. As remanescentes 453.530 acções foram devolvidas à HCB como acções próprias. Tendo em conta a quantidade reduzida que estas acções representam, não se verifica alteração na estrutura de capital da empresa, verificada a 31 de Dezembro de 2019.

O capital social da empresa continua sendo detido em 85% pela Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. (CEZA), em 7,5% pela REN- Redes Eléctricas Nacionais, S.A; e em 4% pelos investidores nacionais sendo os remanescentes 3,5% detidos pela HCB (accções próprias).

As demonstrações financeiras resumidas não apresentam todas as divulgações exigidas pelo Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), mas foram preparadas para fornecer destaques das operações da Empresa durante o exercício e não pretendem substituir o conjunto completo das demonstrações financeiras aprovadas pelos Administradores em 21 de Março de 2025 e disponível na página de internet (website) da empresa.

As demonstrações financeiras resumidas são apresentadas em milhares de Meticaís, que constitui igualmente a moeda funcional da empresa.

3. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

Activo Bruto					
	31-Dez-2023	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2024
Custo de aquisição					
Construções	36.126.213	24.883	(354.157)	4.679	35.801.618
Equipamento básico	35.671.308	199.195	(13.320)	259.703	36.116.886
Mobiliário e equipamento administrativo e social	922.347	39.863	(27.320)	-	934.890
Equipamento de transporte	1.337.852	117.994	(57.975)	-	1.397.871
Ferramentas e utensílios	516.688	75.007	(2.445)	-	589.250
Outros activos tangíveis	986.931	6.710	(50.072)	-	943.569
Investimentos em curso	3.264.140	1.613.408	(1.235)	(315.328)	4.560.985
	78.825.479	2.077.060	(506.524)	(50.946)	80.345.069

Depreciações					
	31-Dez-2023	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2024
Depreciações acumuladas					
Construções	13.840.331	1.002.019	(354.157)	-	14.488.193
Equipamento básico	15.567.599	1.356.015	(9.774)	-	16.913.840
Mobiliário e equipamento administrativo e social	727.704	56.439	(27.166)	-	756.977
Equipamento de transporte	903.592	128.640	(51.130)	-	981.102
Ferramentas e utensílios	341.190	51.476	(2.430)	-	390.236
Outros activos tangíveis	775.510	39.217	(50.009)	-	764.718
	32.155.926	2.633.805	(494.665)	-	34.295.066
Quantia escriturada	(32.155.926)				46.050.003

	31-Dez-2022	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2023
Custo de aquisição					
Construções	34.208.138	82.618	-	1.835.457	36.126.213
Equipamento básico	33.163.688	212.599	(1.089)	2.296.110	35.671.308
Mobiliário e equipamento administrativo e social	884.074	38.139	-	134	922.347
Equipamento de transporte	1.134.705	283.574	(80.980)	553	1.337.852
Ferramentas e utensílios	452.971	42.739	(37)	21.015	516.688
Outros activos tangíveis	951.367	35.564	-	-	986.931
Investimentos em curso	5.863.164	1.561.110	(6.865)	(4.153.269)	3.264.140
	76.658.107	2.256.343	(88.971)	-	78.825.479

	31-Dez-2022	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2023
Depreciações acumuladas					
Construções	12.760.192	773.473	-	306.666	13.840.331
Equipamento básico	14.583.204	1.293.047	(160)	(308.492)	15.567.599
Mobiliário e equipamento administrativo e social	620.689	105.424	-	1.591	727.704
Equipamento de transporte	860.795	93.525	(50.728)	-	903.592
Ferramentas e utensílios	288.495	52.732	(37)	-	341.190
Outros activos tangíveis	712.933	62.342	-	235	775.510
	29.826.308	2.380.543	(50.925)	-	32.155.926
Quantia escriturada	46.831.799				46.669.553

4. Inventários

A rubrica de inventários apresenta-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Matérias primas, auxiliares e materiais	1.855.808	1.641.956
Matérias primas, auxiliares e materiais em trânsito	2.229	3.145
	1.858.036	1.645.101
Ajustamento ao Valor Realizável Líquido	(20.813)	(20.813)
	1.837.224	1.624.288

A rubrica de matérias-primas, auxiliares e materiais é composta pelos seguintes itens:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Combustíveis Lubrificantes	48.718	49.904
Peças e Sobressalentes	951.886	852.548
Mat.Manut. e Reparação - Outros	103.535	86.944
Mat.Manut. e Reparação - Auto	188.742	156.658
Mat.Manut. e Repar. - Construções	210.221	147.277
Outros	352.705	348.625
	1.855.807	1.641.956

5. Clientes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
ZESA	7.682.653	6.309.251
ESKOM	2.024.928	2.485.144
EDM - Electricidade de Moçambique	22.612.033	18.624.399
SAPP	1.114.817	1.467.904
	33.434.431	28.886.699
Imparidade acumulada de dívidas de clientes	(11.011.487)	(9.619.275)
	22.422.944	19.267.424

O movimento das perdas por imparidade apresenta-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
A 1 de Janeiro	(9.619.275)	(7.524.968)
Aumento	(1.392.212)	(2.094.307)
A 31 de Dezembro	(11.011.487)	(9.619.275)

A perda por imparidade dos clientes é constituída em cerca de 84% pela dívida do cliente EDM – Electricidade de Moçambique. E. P. Os restantes 16% referem-se à imparidade sobre o saldo do cliente ZESA.

6. Outros activos financeiros

Esta rubrica decompõe-se como segue:

Activos Financeiros não Correntes	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Investimento de Capital - Estrada N301 (i)	1.737.657	-
Investimento de Capital - Mphanda Nkhua (ii)	844.235	760.242
	2.581.892	760.242

(i) A HCB assinou um Memorando de Entendimento com a Administração Nacional de Estradas (ANE) e a JINDAL Mozambique, para a reabilitação da estrada nacional N301 que liga Matambo a Songo. As despesas estão sendo suportadas pela HCB, sendo que no âmbito do acordo, está prevista a constituição de uma sociedade de objecto específico (SPV na sigla inglesa) para gestão e exploração da estrada, cujo projecto inclui construção de uma portagem para recuperação do investimento feito pelas partes.

(ii) Refere-se aos adiantamentos de capital feitos pela HCB para financiar o funcionamento do Gabinete de implementação do Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa (GMNK), criado através do Diploma Ministerial 18/2019 de 7 de Fevereiro.

O Diploma estabelece que o orçamento de funcionamento do GMNK, deve ser suportado pelas empresas HCB e Electricidade de Moçambique (EDM). O Diploma estabelece ainda que as contribuições feitas por estas duas entidades, deverão ser contabilizadas como adiantamentos ao capital social das sociedades de objecto específico a serem constituídas no desenvolvimento do projecto.

Outros ativos financeiros correntes	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Dívidas de trabalhadores	17.388	30.944
Dívidas de Órgãos Sociais	1.193	1.207
Investimentos Financeiros (iii)	2.368.651	2.011.723
Devedores Sócios e acionistas	2.000.000	999.790
Outros	180.387	87.744
	4.567.619	3.131.408

(iii) Os investimentos financeiros correspondem a investimentos feitos pela Empresa em Bilhetes de Tesouro conforme tabela a seguir:

Data do Investimento	Maturidade (Dias)	Valor	Banco
12.09.2024	174	502.096	Banco Comercial e de Investimentos (BCI)
16.10.2024	182	499.930	ABSA Moçambique
16.10.2024	182	549.923	ABSA Moçambique
27.11.2024	182	562.902	Banco BIG
24.04.2024	365	253.800	Banco Nacional de Investimentos (BNI)
		2.368.651	

O movimento de imparidade acumulada de activos financeiros, apresenta-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Saldo inicial	(4.080)	(4.080)
Movimentos do período	(988)	-
Saldo final	(5.068)	(4.080)

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa apresentam-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Caixa	60	55
Depósitos à ordem	15.492.422	4.527.935
Depósitos à prazo	4.311.332	20.934.230
	19.803.814	25.462.219

A composição de caixa e equivalentes de caixa por moeda de origem apresenta-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Meticais	2.890.375	2.227.402
Euros	46.832	59.299
Dólar Norte-Americano	15.711.062	20.901.745
Rands Sul-Africanos	1.155.545	2.273.773
	19.803.814	25.462.219

O saldo de caixa de acordo com a moeda de origem decompõe-se do seguinte modo:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Meticais	60	55
	60	55

8. Capital social

O capital social da HCB encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo expresso por 27 475 492 580 acções ordinárias de valor unitário de 1 Metical cada, tal como segue:

	31-Dez-2024			31-Dez-2023		
	Quantidade	Valor (Meticais)	%	Quantidade	Valor (Meticais)	%
Companhia Eléctrica do Zambeze. S.A.	23.354.168.693	23.354.168.693	85.0%	23.354.168.693	23.354.168.693	85.0%
REN – Redes Eléctricas Nacionais. S.A.	2.060.661.943	2.060.661.943	7.5%	2.060.661.943	2.060.661.943	7.5%
Investidores nacionais diversos	1.098.566.173	1.098.566.173	4.0%	1.098.566.173	1.098.566.173	4.0%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa. S.A. - Acções próprias	962.095.771	962.095.771	3.5%	962.095.771	962.095.771	3.5%
	27.475.492.580	27.475.492.580	100%	27.475.492.580	27.475.492.580	100%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa. S.A. - Acções próprias	(962.095.771)	(962.095.771)	(3.5%)	(962.095.771)	(962.095.771)	(3.5%)
	26.513.396.809	26.513.396.809	96.5%	26.513.396.809	26.513.396.809	96.5%

As reservas e resultados acumulados após a aplicação de resultados, decompõem-se conforme apresentado na tabela abaixo:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Reservas legais	5.543.086	5.543.085
Reservas Livres	3.929.694	3.929.694
Reservas de lucro a realizar	2.947.200	2.947.200
Reservas de investimento	4.557.590	-
	16.977.570	12.419.979
Resultados transitados	42.855.411	41.553.243
	42.855.411	41.553.243

9. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos bancários:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Correntes		
Empréstimos obtidos	-	184.960
	-	184.960
	-	184.960

10. Fornecedores

Os fornecedores incluem os seguintes saldos:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Fornecedores nacionais	710.666	486.120
Fornecedores estrangeiros	241.373	236.650
Fornecedores com facturas em recepção e conferência	293.305	248.764
	1.245.344	971.534

11. Provisões

A provisão para riscos e encargos foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a Empresa é ré, incluindo contingências diversas e assim decompõe-se:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Provisões para processos judiciais em curso	28.353	28.353
Provisões para riscos e encargos	58.937	134.365
	87.290	162.717

As provisões tiveram o seguinte movimento:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
A 1 de Janeiro	162.717	223.412
Dedução - provisão para reembolso de impostos	(75.428)	(56.281)
Aumento - provisão para outros riscos	-	-
Redução - Provisão para processos judiciais	-	(4.414)
A 31 de Dezembro	87.290	162.717

12. Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Correntes		
Dividas aos órgãos sociais	32	903
Dividas ao pessoal	16.444	26.639
Fundo complementar de reforma - Sanlam	186	24
Credores Sócios e acionistas	138	-
Estado de Moçambique - Taxa de concessão	275.765	331.811
Outros passivos financeiros	332.881	501.580
	625.446	860.957

13. Imposto a pagar

Esta rubrica inclui os seguintes movimentos:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Saldo inicial	3.641.157	885.620
Pagamento final relativo ao exercício anterior	(3.770.169)	(1.014.633)
Retenções na fonte	(137.528)	(47.866)
Pagamentos por conta relativos ao exercício	(6.033.078)	(3.771.176)
Gasto de imposto do exercício	7.325.259	7.589.211
	1.025.641	3.641.157

14. Outros passivos correntes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Estado		
INSS	31.769	27.171
Retenções na fonte	118.478	19.146
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	25.436	56.775
Imposto de selo e outros	541	642
	176.224	103.734
Outros acréscimos		
Acréscimos (i)	151.132	137.897
Seguros multi riscos	55.637	55.227
	206.769	193.124
	382.993	296.858

(i) O valor corresponde a especialização de custos diversos referentes ao exercício de 2024, cujas facturas e respectivos pagamentos foram emitidas em 2025.

15. Rédito

O rédito decompõe-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
ESKOM (África do Sul)	25.751.071	26.973.180
ZESA (Zimbabwe)	2.007.041	2.091.141
EDM - (Moçambique)	7.179.390	5.826.484
SAPP	-	698
Vendas de bens	34.937.502	34.891.504
Serviços	51.342	25.478
	34.988.845	34.916.981

16. Custo dos inventários vendidos ou consumidos

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
	Matérias primas, auxiliares e materiais	Matérias primas, auxiliares e materiais
Inventários iniciais (Nota 4)	1.645.101	1.370.873
Compras	249.571	280.909
Fee de concessão	3.493.750	3.485.857
Comissões ESKOM	-	-
Regularização de inventários	58	77
Inventários finais (Nota 4)	(1.858.037)	(1.645.101)
Custo do exercício	3.530.443	3.492.617

17. Gastos com pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Remunerações da Administração	185.585	270.198
Subsídios da Administração	39.801	37.859
Remunerações do pessoal	2.635.513	2.290.042
Subsídios do pessoal	702.460	952.472
Contribuições da empresa para o Fundo Complementar de Pensões	66.599	59.412
INSS - Contribuições da HCB	141.191	122.302
Formação	76.426	41.122
Assistência médica e medicamentosa	184.438	162.456
Outros encargos com o pessoal	168.373	143.870
	4.200.386	4.079.732

18. Fornecimentos e serviços de terceiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Manutenção e reparação	701.696	496.489
Comunicações	98.261	102.756
Combustíveis e lubrificantes	116.212	106.769
Trabalhos especializados (i)	226.934	399.013
Deslocações e estadias	159.239	145.315
Publicidade e propaganda	269.222	254.270
Honorários	40.385	50.703
Vigilância e segurança	127.283	130.832
Seguros automóvel	20.282	22.176
Rendas e alugueres diversos	43.113	43.167
Seguros multi-riscos	566.035	521.639
Seguros viagens-pessoal	-	2
Outros (ii)	357.127	368.119
	2.725.789	2.641.250

O saldo de outros é composto por todos outros custos que não se podem classificar nas categorias acima, sendo de destacar os seguintes:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Custos de bem-estar e refeições no local de trabalho	61.021	59.120
Material interno de segurança	60.111	56.174
Limpeza, higiene e conforto	62.100	55.792
Royalties	79.099	71.035
Material e equipamento hospitalar	14.833	13.390
Água e Electricidade	5.596	4.405
Material habitacional	21.177	19.690
Outros	53.190	88.512
	357.127	368.119

19. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Venda de água e luz	6.030	6.100
Indeminizações de seguros	1.396	13.223
Ganhos em inventários	17.509	24.222
Anulação de excesso de especializações	166.928	40.423
Outros	14.411	32.402
Ganhos e rendimentos operacionais	206.274	116.370
Impostos e taxas	(12.891)	(12.180)
Programas de responsabilidade Social	(68.097)	(159.893)
Donativos ao Estado	(922.980)	(377.961)
Donativos no âmbito do Mecenato	(188.112)	(70.233)
Protecção da água - Ara-Zambeze	(23.289)	(23.289)
Quotizações	(11.291)	(16.519)
Outros gastos	(9.043)	(23.106)
Gastos e perdas operacionais	(1.235.702)	(683.181)
Outros ganhos e perdas operacionais	(1.029.428)	(566.811)

20. Rendimentos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Juros obtidos	2.125.408	1.334.419
Diferenças de câmbio favoráveis	1.701.055	4.458.225
Outros	12	750
	3.826.475	5.793.394

21. Gastos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Juros suportados	3.162	7.708
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.486.501	4.633.740
Serviços bancários	33.308	19.028
	1.522.971	4.660.475

22. Imposto sobre o rendimento

A taxa de imposto é de 32% (32% em 2023). O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Impostos correntes – Gastos	(7.325.259)	(7.589.211)
Impostos diferidos - Gastos/Rendimentos	(401.723)	(188.722)
	(7.726.981)	(7.777.933)

23. Resultado por acção

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Lucro Líquido	14.125.799.613	13.021.686.359
Número médio ponderado de acções ordinárias e investidas	26.513.396.809	26.513.396.809
Resultado básico por acção	0,53	0,49

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO
AO EXERCÍCIO ECONOMICO DE 2024**

Exmos Senhores Accionistas,

1. Conforme o disposto nos Estatutos da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA (HCB) e na legislação aplicável, o Conselho Fiscal submete à apreciação da Assembleia Geral da Sociedade o Relatório da sua acção fiscalizadora e o seu Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e a Demonstração de Resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

Para elaboração do presente parecer, foi objecto de análise o relatório produzido pelos auditores externos da Empresa, que evidencia uma opinião sem reservas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (PGC-NIRF).

2. A HCB encerrou o exercício de 2024 com um resultado líquido de 14.125,80 Milhões de meticais (moeda escritural), equivalente a 4.142,46 Milhões de randes, (moeda de facturação). Em meticais, este resultado representa um aumento de 8.5% superior em relação ao igual período do ano anterior, onde o resultado fora de 13.021,69 milhões de meticais.

2.1 A taxa de concessão atingiu, no ano em análise, a cifra de 1.015,91 Milhões de Randes, ou seja 0.6% acima do registado em 2023 o que representa o montante mais elevado desde a reversão do empreendimento.

3 A HCB manteve o seu papel de impulsionador do crescimento sustentado do sector energético nacional o que se traduz no total de facturação de 14.400,70 GWh, 0.4% abaixo quando comparando ao igual período do ano anterior, tendo sido facturado aos clientes um total de 14.465,20 GWh de energia;

4 O Conselho Fiscal gostaria ainda de realçar que a disponibilidade dos grupos geradores foi afectada pelos seguintes factores:

a) Paragens planeadas, correspondentes a 2.305.38 horas/máquinas, perfazendo uma média de 461.08 horas/grupo gerador, inferior ao ano anterior em 53,77 horas/grupo gerador.

b) Paragens forçadas, correspondentes a 175.46 horas/máquina, relacionadas com os disparos dos grupos geradores e desligamentos forçados, por defeitos em equipamento ou sistemas associados, perfazendo um media de 35.09 horas/grupo gerador, inferior ao observado no ano transacto em 65 horas/ grupo gerador.

No decurso do período económico em alusão, o Conselho Fiscal, foi acompanhando a evolução das actividades da empresa, tendo sido notório o cometimento do Conselho de Administração e dos colaboradores na materialização dos objectivos preconizados na missão e visão da sociedade.

O Conselho Fiscal conferiu a regularidade e actualidade dos livros da sociedade bem como os suportes documentais que aos respectivos lançamentos dizem respeito, procedeu a verificação física dos activos patrimoniais e a regularidade do registo dos mesmos, bem como dos instrumentos do bom governo, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da empresa, as informações e esclarecimentos solicitados.

Acompanhou ainda o decurso dos projectos de grande envergadura que visam melhorar a capacidade de produção e produtividade da Empresa tendo verificado que os mesmos registaram um nível de avanço considerável, influenciado pelo projecto de Reabilitação da Central.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal examinou e concluiu que:

- As Políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados foram adequados,
- O Balanço, as Demonstrações de Resultados, as Demonstrações de fluxo de caixa e os correspondentes anexos referentes ao exercício económico em referência, permitem uma adequada compreensão da posição financeira da sociedade.
- O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução das actividades da empresa, da actual situação e suas perspectivas, evidenciando os aspectos materialmente relevantes.

5 A contínua valorização dos recursos humanos através da progressão na carreira e desenvolvimento do plano estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos 2024 de Higiene e Segurança no Trabalho. A continuação da actuação na Responsabilidade Social Corporativa com os apoios às áreas:

- Saúde
- Educação
- Desporto
- Desenvolvimento de Infraestruturas de Funcionamento Administrativo
- Apoio Humanitário a Emergência.

6 Da análise dos documentos elaborados pelo Conselho de Administração que incluem o Relatório de Gestão e as Contas da HCB, relativos ao exercício de 2024 o Conselho Fiscal está em condições de certificar:

- a) Que o Relatório do Conselho de Administração traduz com objectividade e rigor as actividades e a gestão da Sociedade, merecendo por isso a aprovação do Conselho Fiscal;
- b) Que a contabilidade da Empresa e as demonstrações financeiras se encontram em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (PGC – NIRF), que o Balanço e a Demonstração de Resultados, complementados pelas respectivas Notas Anexas, satisfazem as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

7 Adicionalmente o Conselho Fiscal manifesta a sua preocupação com o pagamento das dívidas dos Clientes EDM e ZESA, onde a primeira efectuou o pagamento de cerca de 4.340,12 milhões de meticais correspondente a 19.19% do total da dívida e a segunda liquidou 426,66 milhões de randes (equivalente a 1.463,51 milhões de meticais) o que corresponde a 19 % do valor total da dívida, pese embora se verifique melhoria quando comparando com o ano anterior.

8 Em relação á exposição e risco cambial existente, o Conselho Fiscal recomenda a contínua realização de reuniões e contactos com as entidades monetárias e financeiras competentes no sentido de obter medidas de forma a reduzir a exposição ao risco cambial.

9 O Conselho Fiscal notou com satisfação a implementação de uma ferramenta de monitoramento contínuo de deteção avançada de ameaças cibernéticas .

Neste contexto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

A Assembleia-Geral aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço e a Demonstração de Resultados, com as Notas que lhe estão anexas, respeitantes ao exercício de 2024.

Que deve, ainda, a Assembleia-Geral, aprovar uma nota de apreciação ao Conselho de Administração pela forma como conduziu as actividades e negócios da Sociedade durante o mesmo exercício o que é demonstrado pelos níveis de produção .

O Conselho Fiscal realça a colaboração prestada pelo Conselho de Administração e expressa o seu reconhecimento pelo esforço e dedicação demonstrados pelos seus membros e colaboradores no desempenho das suas funções.

Maputo, 20 de Março de 2025

Carla Roda de Benjamim Guilaze Soto

(Presidente)

Iva Olinda Ribeiro Amade Fernandes

(Vogal Efectivo)

Brígida Isabel Martins Rodrigues Palma Cardoso

Brígida Isabel Martins Rodrigues Palma Cardoso

(Vogal Efectivo)

50⁰
ANIVERSÁRIO

HIDROELÉCTRICA DE
CAHORA BASSA
O Orgulho de Moçambique

O QUE É ORGULHO?

**ORGULHO É SER UMA EMPRESA COM 50 ANOS, ESTRATÉGICA
E ESTRUTURANTE PARA O DESENVOLVIMENTO E ESTABILIDADE
ENERGÉTICA DE MOÇAMBIQUE E DA ÁFRICA AUSTRAL.**

**CAHORA BASSA,
O ORGULHO DE MOÇAMBIQUE!**